

---

## NOTAS SOBRE AS CONFLITUOSIDADES ENTRE AS ESFERAS DO PODER LOCAL E O DIREITO À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS TRABALHADORES NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO/RJ

### Notes sur conflictualités entre sphères de pouvoir local et le droit à l'éducation des jeunes et des adultes travailleurs dans le municipalité de São Gonçalo/RJ

Isadora Silva Marques  
Mestranda no Prog. de Pós-Grad. em Educação: Processos Formativos e Desigualdades Sociais  
UERJ/FFP  
[isadoramarques2006@yahoo.com.br](mailto:isadoramarques2006@yahoo.com.br)

Artigo recebido em 12/11/2015 e aceito para publicação em 31/05/2016

DOI: 10.12957/tamoios.2016.19577

#### Resumo

O presente trabalho busca investigar os modos como a educação de jovens e adultos (EJA) está sendo pensada no município de São Gonçalo – RJ frente às dificuldades impostas pela educação formal que, cada vez mais, tem sido encarada como plataforma de reprodução de contradições. Tratamos do temário no sentido de abarcar cartograficamente as mudanças recentes verificadas no “mapa de conflitos” espacialmente vividos no poder local, mas, também, projetados em diferentes escalas. Observamos que no ano de 2011, segundo o Censo Escolar, 31 unidades escolares ofertavam a EJA no município; já no ano de 2015, houve uma redução, sendo, portanto, 19 unidades escolares. Além disso, utilizamos-nos da *cartografia da ação* como suporte técnico e político para orientar o mapeamento de outras ações coletivas desenvolvidas por movimentos populares enquanto práticas educativas-políticas voltadas para pessoas jovens e adultos.

**Palavras-chave:** Educação de jovens e adultos trabalhadores; Cartografia da ação; Direito à educação – São Gonçalo/RJ.

#### Résumé

Ce travail visait à étudier les façons l'éducation des jeunes et des adultes comme il est pensé dans la municipalité de São Gonçalo - RJ en face aux difficultés imposées par l'éducation formelle, de plus en plus, a été vu comme la plate-forme de reproduction de contradictions. Nous travaillons sur cette question afin d'intégrer les changements récents observés sur la "carte des conflits" spatialement vécu en pouvoir local, mais aussi, conçu à différentes échelles. Nous notons que, en 2011, selon le recensement à l'école, 31 unités scolaires offrant la EJA dans le municipacilé; déjà en 2015, il y avait une réduction étant donc 19 unités scolaires. En outre, nous nous utilisons de la cartographie de l'action avec support technique et politique pour guider la cartographie d'autres actions collectives développées par les mouvements populaires comme pratiques éducatives-politiques destinées aux jeunes et aux adultes.

**Mots-clés:** L'éducation des jeunes et des adultes travailleurs; Mappage d'action; Droit à l'éducation - São Gonçalo/RJ.

---

## **Introdução**

A educação de jovens e adultos trabalhadores é um campo de estudo e análise que perpassa as fronteiras da escolarização no sentido literal da palavra, tendo em vista que compreende práticas educativas diversas, desde a alfabetização até a formação humanizadora desses sujeitos. Esta modalidade de ensino sempre estivera relacionada com o acesso ao direito à cidadania dos indivíduos, podendo, portanto, ocorrerem tanto no ambiente escolar – mediante uma educação formal –, quanto em ambientes não escolares, através de uma educação não formal, como por exemplo nas organizações da sociedade civil, movimentos populares, ações comunitárias etc.

Historicamente, a educação de jovens e adultos destinava-se a homens e mulheres pertencentes às classes populares (BEISEGEL, 1974), para aqueles sujeitos excluídos tanto do direito à educação, quanto de muitos outros direitos sociais. Como ressalta Arroyo, “não foi a educação popular nem de jovens e adultos que inventaram nomes como oprimidos, excluídos. É só olhar para os corpos dos educandos de EJA para ver as suas marcas” (2005, p. 230). Isso evidencia que as classes populares, os excluídos, as minorias, os *oprimidos* (FREIRE, 1987), os *subalternos* (GRAMSCI, 2000), os *homens lentos* (SANTOS, 1996) sempre estiveram à margem das políticas públicas educacionais.

Diante deste panorama geral, ressaltamos a importância das relações desenvolvidas pelo/entre o *poder local*<sup>1</sup> (LESBAUPIN; VAINER, 2002) ao viabilizar um engendramento dialógico, articulado, organizado em face das reivindicações pelo direito à educação de jovens e adultos no município de São Gonçalo-RJ<sup>2</sup>. Ao passo que estas promovem ações voltadas para o atendimento dessa demanda desenvolvendo ações que objetivam a luta pelo direito à cidadania.

Cabe aqui destacar que, a maneira pela qual vêm sendo geridas e implementadas as políticas públicas no município de São Gonçalo/RJ, ao longo do tempo, transmutam-se em vários problemas de ordem social. E esses problemas se materializam no espaço urbano evidenciando ora a ausência ora a ineficiência de determinadas políticas públicas voltadas para questões de saneamento básico, educação, transporte público, saúde, lazer, dentre outras. Diante disso, alguns enfrentamentos são travados entre o *poder local* ao disputarem projetos de sociedade, pois os mesmos conflitam com as reais demandas da população mais pobre.

Portanto, a formação imersa em contradições próprias de um modelo de desenvolvimento desigual do qual advém o município em questão impactou tanto as políticas educacionais que atualmente podemos observar uma distribuição desigual das unidades escolares de ensino a medida que o quantitativo da oferta da educação de jovens e adultos (EJA) vem sofrendo uma diminuição ao longo dos últimos anos.

Por meio do levantamento de dados do Censo Escolar dos anos de 2011 a 2015, elaboramos uma cartografia do direito à educação de jovens e adultos no município com o intuito de ressaltar esta distribuição territorial. Esta possível cartografia do direito à educação de jovens e adultos, em São Gonçalo, nos convoca a pensar sobre a EJA em escala local e, principalmente, se a oferta da mesma versa com as reais demandas locais. E, num segundo momento destacamos a existência de movimentos populares que, de certo modo, por meio da organização e mobilização cotidiana, desenvolvem e estabelecem práticas político-educativas voltadas principalmente para os jovens e adultos nos bairros em que se localizam.

## **Uma possível cartografia do direito à educação de jovens e adultos em São Gonçalo/RJ**

As políticas públicas direcionadas para a escolarização de jovens e adultos trabalhadores foram pensadas e implementadas na sociedade brasileira por volta do século XX (BEISIEGEL, 1974) e, a partir do período de redemocratização do Brasil, esse direito foi alargado. Porém, a inclusão desses sujeitos no âmbito das políticas educacionais se deflagrou de maneira precária, marginal, por meio de políticas sociais compensatórias bem como da filantropia (MARTINS, 1997).

A partir da década de 1990 observamos, no contexto do Brasil e da América Latina, a influência da ideologia neoliberal nas políticas educacionais e as reformas de ordem política e econômica fomentadas por grupos hegemônicos internacionais adentrando nos debates e nas políticas educacionais. Esses (re)arranjos do capitalismo embutem (re)configurações nas políticas educacionais, especialmente no trato que é dado à EJA.

Ao longo da história, os debates sobre a educação se moldaram por meio de diferentes configurações numa constante luta por hegemonia ideológica e, no tempo presente, a educação ocupa um lugar de destaque tanto nos debates que envolvam questões sociais quanto nos que envolvam questões econômicas (RUMMERT, 2000). Isso decorre do fato de que a educação é verdadeiramente o campo para o qual o neoliberalismo catalisa, direta ou indiretamente, os elementos relevantes de seu projeto identificatório (idem).

Portanto, as políticas educacionais vigentes que seguem a lógica neoliberal reafirmam a visão economicista sobre o ideário da formação para a empregabilidade, isto é, “numa perspectiva acentuadamente individualista, [relacionando] a educação a uma promessa de acesso ao mercado de trabalho, ou seja, como alternativa não mais de mobilidade social, mas de 'inclusão social'” (VENTURA, 2008).

Essa concepção de educação trouxe consequências de curto e longo prazo, dentre elas: a redução de recursos financeiros; consórcio e/ou associação com empresas privadas e organizações sociais; prioridade, por parte dos estados e municípios, para com o ensino fundamental; produtividade como parâmetro para a educação, onde objetiva-se o máximo resultado a partir do menor custo a ser gasto; (re)afirmação das práticas centralizadoras, como as avaliações nacionais, livros didáticos, currículo mínimo, programas/projetos etc; descentralização de setores que visam o atendimento da infraestrutura, merenda, transporte escolar. Por conseguinte, a partir das políticas educacionais à luz do neoliberalismo, observamos que

...a obrigatoriedade do Estado com a oferta de vagas recai apenas no Ensino Fundamental, isto é, na primeira etapa da Educação Básica, deixando o Ensino Médio e a Educação Superior, bem como, as modalidades de Educação Profissional e de Educação de Jovens e Adultos sujeitos às leis da oferta e procura (idem).

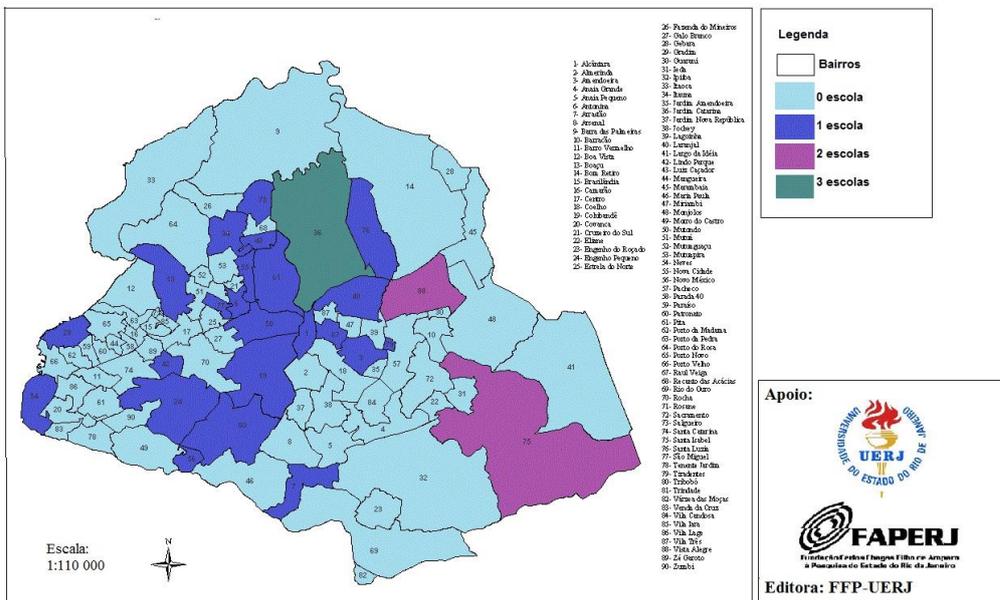
Uma vez que as políticas educacionais voltadas para a educação de jovens e adultos seguem a lógica da oferta e da procura, muitos sistemas de ensino secundarizam a importância de sua oferta, ou seja, a oferta deixa de ser devidamente obrigatória em todas as unidades de ensino. Essas políticas adquirem contornos e ganham forma em escala nacional e o mesmo ocorre em escala local, como veremos abaixo ao tratarmos do município de São Gonçalo/RJ, onde a oferta da EJA por parte do poder público

municipal vem diminuindo nos últimos anos. Dentre os 999.728 habitantes do município (IBGE, 2010), cerca de 208.022 encontram-se em idade escolar (04 a 17 anos de idade /IBGE, 2010), representando 20,8% da população total do município. Segundo os dados do último censo, dentre os 793.034 habitantes do município, com idade entre 15 anos ou mais, 764.951 são alfabetizadas (IBGE, 2010). Contudo, das 94 unidades escolares (Censo Escolar, 2011) municipais, somente 19 (Censo Escolar, 2015) atualmente ofertam a EJA.

Durante o período de 2011 à 2015, desenvolvemos uma pesquisa de acompanhamento da oferta da EJA no município a partir dos dados estatísticos disponibilizados pelo Censo Escolar (INEP). Em vista disso, buscamos cartografar as unidades escolares que ofertam a EJA a fim de que possamos apreender a distribuição territorial dessas escolas em escala local.

**Figura 1:** Mapa das escolas municipais de São Gonçalo que ofertavam a educação de jovens e adultos, tendo como base os dados do Censo Escolar de 2011.

**Quantitativo de escolas municipais que ofertam a Educação de Jovens e Adultos em São Gonçalo - RJ (2011)**



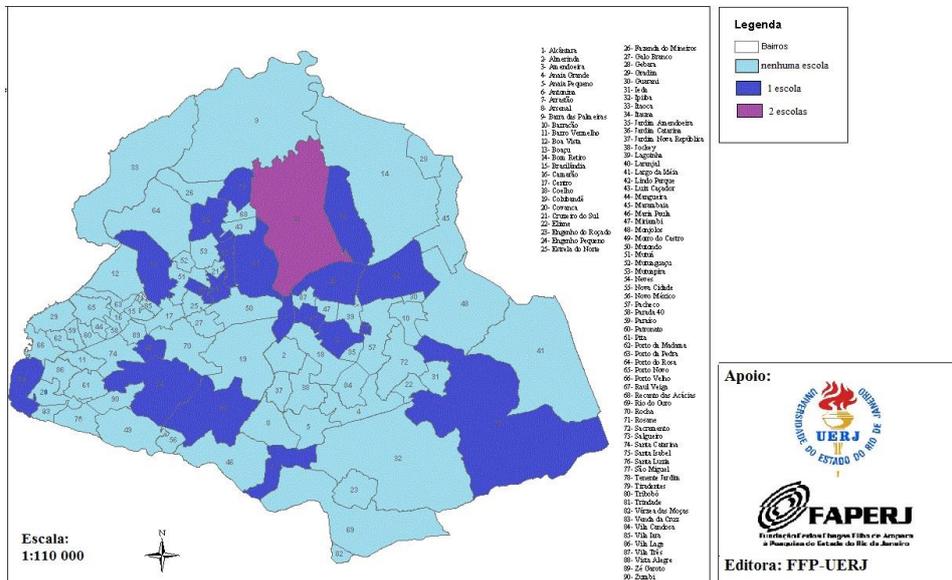
Fonte: Prefeitura Municipal de São Gonçalo (2005); Censo Escolar - Inep (2011); Distribuição gratuita, proibida a venda.

Este mapa representa a distribuição territorial das unidades escolares que ofertavam a EJA no ano de 2011. Nele podemos observar uma centralização dessas unidades e os bairros fronteiriços com os municípios de Niterói e Itaboraí, em sua grande maioria, não possuíam escolas que ofertavam a EJA pelo poder público municipal. Segundo dados do Censo Escolar de 2011, das 94 unidades escolares, 31 ofertavam a EJA no município, com destaque para o bairro de Jardim Catarina, único bairro que contava com três unidades escolares ofertando a modalidade de ensino.



**Figura 3:** Mapa das escolas municipais de São Gonçalo que ofertavam educação de jovens e adultos, tendo como base os dados do Censo Escolar de 2013.

**Quantitativo de escolas municipais que ofertam a Educação de Jovens e Adultos em São Gonçalo-RJ (2013)**

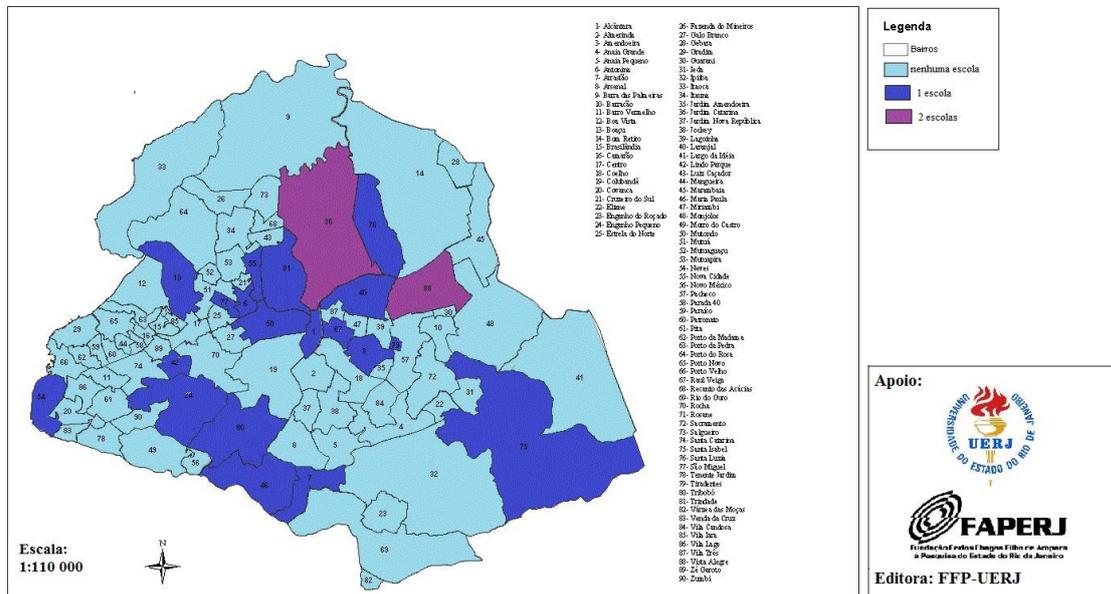


Fonte: Prefeitura Municipal de São Gonçalo (2005); Censo Escolar - Inep (2013). Distribuição gratuita, proibida a venda.

O mapa da Figura 3 representa as 22 unidades escolares municipais que ofertavam a EJA, segundo dados do Censo Escolar de 2013. Podemos observar a redução de seis unidades escolares que ofertavam esta modalidade de ensino, já que no ano de 2011 o município possuía cerca de 31 escolas municipais que ofertavam a EJA e no ano de 2012 passou a contar com 28 escolas e em 2013 o número reduz para 22. Vale destacar também o bairro Mutondo onde residiam 21.392 habitantes (IBGE, 2010) com 15 anos ou mais de idade contando com uma unidade escolar que ofertava a EJA e, ademais, o bairro Rocha, onde residiam 21.055 habitantes com 15 ou mais, não possuía nenhuma escola ofertando a EJA.

**Figura 4:** Mapa das escolas municipais de São Gonçalo que ofertavam educação de jovens e adultos, tendo como base os dados do Censo Escolar de 2014.

**Quantitativo de escolas municipais que ofertam a Educação de Jovens e Adultos em São Gonçalo-RJ (2014)**

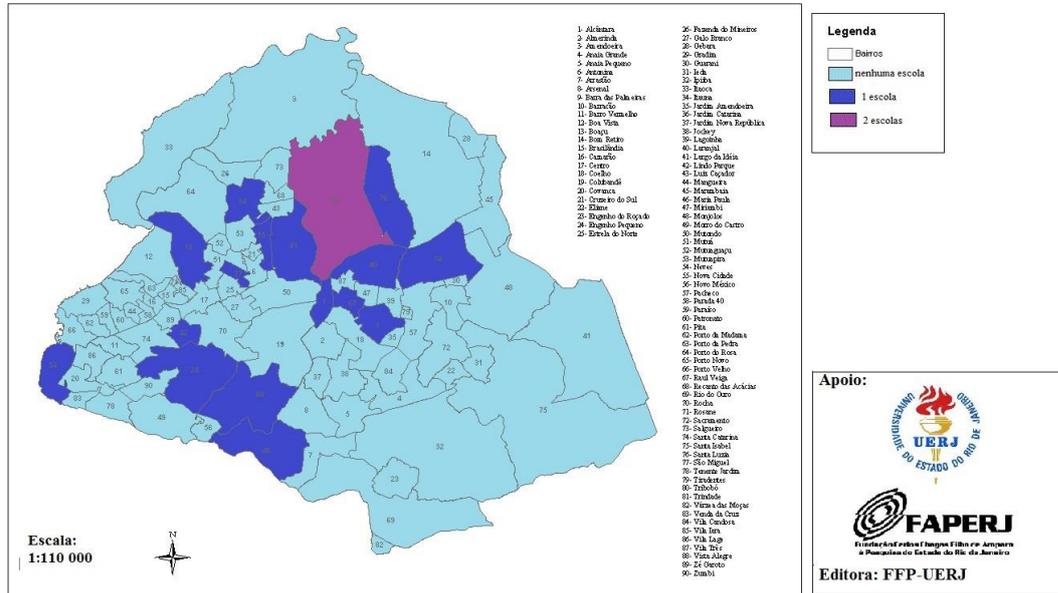


Fonte: Prefeitura Municipal de São Gonçalo (2005); Censo Escolar - Inep (2014). Distribuição gratuita, proibida a venda.

O mapa da Figura 4 representa as 23 escolas municipais que ofereciam a educação de jovens e adultos no ano de 2014 em São Gonçalo - RJ. Diante de uma análise comparativa dos dados referentes aos anos de 2011 à 2014 observamos que, das 31 unidades escolares ofertando esta modalidade de ensino, em 2011 em 2014, o número decresce para 23 unidades escolares.

**Figura 5:** Mapa das escolas municipais de São Gonçalo que ofertavam educação de jovens e adultos, tendo como base os dados do Censo Escolar de 2015.

**Quantitativo de escolas municipais que ofertam a Educação de Jovens e Adultos em São Gonçalo-RJ, 2015**



Já este mapa representa 19 unidades escolares que ofertavam a EJA em 2015 no município de São Gonçalo/RJ. Nossa pesquisa de levantamento e acompanhamento do quantitativo de unidades escolares municipais iniciou no ano de 2011, como já havíamos sinalizado anteriormente, nesse ano foram 31 escolas mapeadas e no ano de 2015 esse número desce para 19 escolas.

A cartografia que apresentamos até o momento nos permite visualizar, a partir da distribuição territorial das unidades escolares, a maneira pela qual o poder público municipal vem construindo as políticas educacionais voltadas para a educação de jovens e adultos.

O levantamento realizado apresenta uma diminuição do quantitativo de escolas como também a mudança na distribuição territorial destas. Isso traz mudanças no cotidiano de muitos jovens e adultos gonçalenses pelo fato de que, caso o bairro em que residam não ofereça a EJA, o mesmo terá de se deslocar para outra unidade escolar que na maioria dos casos está fora do seu percurso rotineiro. Esses jovens e adultos, em sua grande maioria, são homens e mulheres trabalhadores(as) que se deslocam casa-trabalho e escola (quando lhe é possível).

Mas, e se a escola que oferta a EJA estiver fora do percurso deslocado diariamente por esse (essa) jovem ou adulto(a) trabalhador(a)? Esses sujeitos conseguiriam dar continuidade em seus estudos? Ou eles deixariam de procurar a EJA por conta desses percursos enfrentados? A procura pela EJA nas escolas tenderia a diminuir, não por que exista uma carência de alunos que desejariam estar matriculados na EJA mas, sim, por conta da distribuição territorial da oferta ser desigual e cada vez mais reduzida.

---

## **Formação política na cidade: a ação social como prática de luta**

Essa distribuição territorial desigual das escolas que ofertam a EJA em São Gonçalo/RJ – que, diga-se de passagem, ocorre por meio das políticas educacionais desenvolvidas pelo poder público municipal – não só afeta o cotidiano de muitos jovens e adultos trabalhadores como também corrobora para a (re)construção de arranjos socioespaciais na cidade, (re)significando o modo como a cidade é vivida e experienciada.

A cidade nada mais é do que o conjunto de arranjos espaciais constituídos por objetos e ações intencionalmente e ideologicamente produzidos. Além do mais, a cidade se configura, também, enquanto o lugar da coexistência, da identificação, das redes, da exclusão etc. (SANTOS, 1992). Pensar a cidade enquanto a concretude do urbano, permite concebê-la, também, como um lugar da co-presença, lugar da coexistência, manifesta pelo espaço geográfico, pelas geografias desiguais das existências expostas na cidade (SOUZA, 1997).

A partir de uma abordagem ontológico-existencial, encontramos nos estudos de Freire um importante referencial teórico-prático que nos convida a refletir sobre o viés educativo de habitar as cidades. O autor em seus estudos chama atenção para o fato de a educação se constituir enquanto um processo permanente e as cidades serem, portanto, educativas. Esta assunção teórica deve-se ao fato de que o “aprender e ensinar fazem parte da existência humana, histórica e social, como dela fazem parte a criação, a invenção, a linguagem, o amor, o ódio, o espanto, o medo, o desejo, a atração pelo risco, a fé, a dúvida, a curiosidade, a arte, a magia, a ciência, a tecnologia” (2001, p.12). Logo, a educação se constitui como um processo permanente na vida dos homens e mulheres em virtude “da finitude do ser humano, de outro, da consciência que ele tem de sua finitude. Mais ainda, pelo fato de, ao longo da história, ter incorporado à sua natureza não apenas saber que vivia, mas saber que sabia e, assim, saber que podia saber mais” (id.).

Portanto, a nossa posição no mundo nos coloca na condição de aprendizado constante, especialmente quando nos referimos aos habitantes das periferias urbanas, como é o caso dos moradores dos bairros gonçalenses. O cotidiano desses homens e mulheres é constituído pelo aprendizado dos códigos implícitos e explícitos na cidade e, sobretudo, nos bairros. Códigos estes determinados pelo projeto político de cidade desenvolvido a par dos interesses, demandas e anseios das classes subalternizadas.

Todavia, o cotidiano é também possibilidade. Possibilidade de criação, de resistência, de ressignificação, de revolução frente aos códigos provenientes da lógica hegemônica. Nele são delineadas e cotejadas as ações micro escalares que, à primeira vista, são tidas como espontâneas, esporádicas, triviais, banais, por não estarem colocando em oposição direta a estrutura da sociedade contemporânea. Mas à luz dos que habitam esses lugares, o cotidiano é o principal nível de ação a ser alcançado, pois nele e a partir dele se aprende a viver, conviver, coexistir politicamente.

Esses homens e mulheres se constituem a partir das experiências educativas do cotidiano enquanto seres do *quefazer*, como nos ensina Freire, isso porque o “seu fazer é ação e reflexão. É práxis. É transformação do mundo. E, na razão mesma em que o *quefazer* é práxis, todo fazer do *quefazer* tem de ter uma teoria que necessariamente o ilumine. O *quefazer* é teoria e prática. É reflexão e ação” (1987, p. 141).

Na cidade ocorre uma multiplicidade de reivindicações e conflitos devido a coexistência de interesses políticos, sociais, econômicos, dentre outros distintos e até antagônicos entre si. Esse tensionamento compõem a dinâmica da realidade social das cidades, onde a busca pelo urbano, isto é, pelos direitos básicos de existência ocorrem

historicamente por meio das lutas sociais. Este é o caso das ações coletivas que se concretizam no município de São Gonçalo/RJ com vista ao desenvolvimento de práticas educativas-políticas.

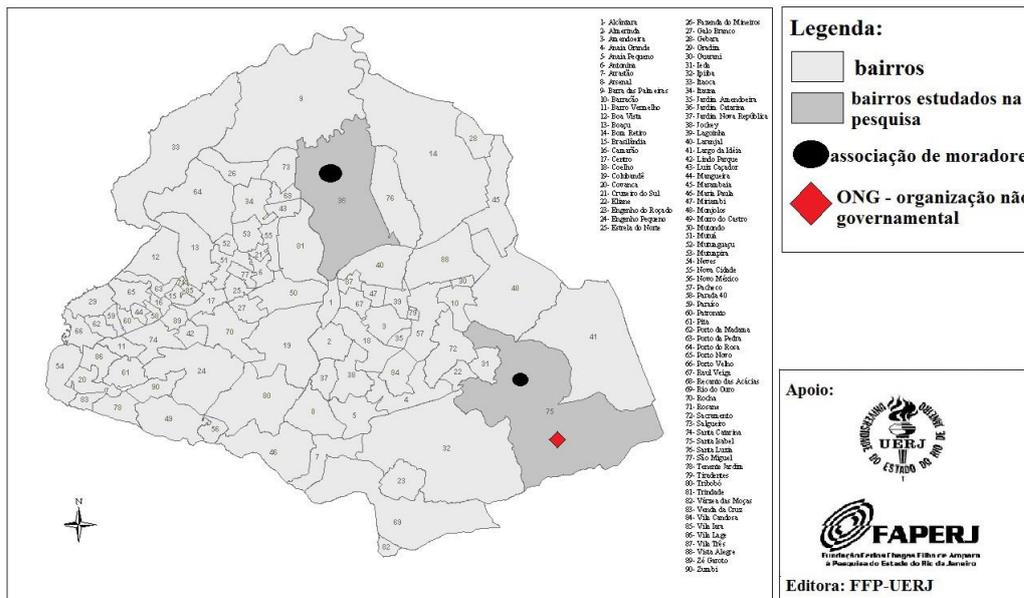
As conflituosidades existentes no território gonçalense, entre as múltiplas esferas do poder local, se destacam na medida que o movimento de luta possibilita a emergência de práticas político-educativas pelo direito à cidade. O processo de apropriação e ressignificação do espaço urbano pelos diferentes e desiguais sujeitos se concretiza via atuação de movimentos populares possuidores de pautas bastante diversificadas. Há, portanto, processos educativos disseminados e construídos na formação política desses sujeitos que decorre, num certo sentido, da vivência cotidiana na cidade.

Ademais, esses movimentos populares que emergem na cidade contestando a objetivação do urbano possuem particularidades, projetos, formas de organização, táticas e estratégias que os permitem colocarem-se a frente da disputa pelo direito à cidade. Esses movimentos populares se constituem em ações locais circunscritas nos bairros gonçalenses. São eles: as associações de moradores, os movimentos por creche, as ONG'S, os centros comunitários, as ações sociais.

Essas iniciativas populares compõe a historicidade do município, enquanto um *quefazer* da população local, emergindo a partir do cotidiano dos moradores locais que, nas últimas décadas, tem se articulado para realizar ações de caráter educativo. Destarte, destacamos a título de pesquisa expressa neste trabalho dois movimentos populares que não só possuem importância para a organização socioespacial gonçalense como também compõem as múltiplas esferas do poder local. Fala-se da associação de moradores do Jardim Catarina e da organização não-governamental em Santa Isabel que desenvolvem projetos educativos voltados para pessoas jovens e adultos. .

**Figura 6:** Mapa das associações de moradores e organizações não – governamentais – ONGs atuantes no município de São Gonçalo – RJ.

**Associação de Moradores e Organização não Governamental - ONG atuantes nos bairros do município de São Gonçalo - RJ**



Fonte: Prefeitura Municipal de São Gonçalo (2005) e Unibairros. Distribuição gratuita, proibida a venda.

---

Buscamos nesse ensaio esboçar uma leitura dos movimentos populares em questão tendo como respaldo teórico-metodológico a *cartografia da ação* (RIBEIRO *et al.*, 2009), por se referir, sobretudo, às diferentes formas de ações coletivas que engendram novos arranjos espaciais e sociais no território em que atuam. Considera-se que esta metodologia de pesquisa, enquanto uma representação cartográfica, tem como objetivo não só representar o real, como também fazer parte de sua produção socioespacial.

O esboço de uma cartografia da ação social através da confecção de mapas permite que o conteúdo ali representado seja visto e, principalmente, lido. Esta metodologia é uma cartografia da denúncia, que orienta a ação, desvendando contextos e reconhecendo atos ou, de modo mais adequado, cada ato dos sujeitos (RIBEIRO, 2002).

Por se tratar de uma cartografia pautada na ação social, pressupõe-se que essa mesma ação tenha um sentido, e a maneira pela qual ele se constitui e se anuncia/enuncia se dá pela dialogicidade (FREIRE, 1987) no cotidiano de luta dos movimentos. A noção de "sentido" envereda-se por duas bases interpretativas: a primeira enquanto orientação de luta, como um impulso histórico movido pelo próprio discurso dos movimentos; e, a segunda, enquanto significado dessas mesmas lutas, de sua produção histórica e direção consciente. Ambas revelam o peso político da linguagem que, à maneira de Bakhtin (1992), se apresenta como a produção histórico-social decorrente dos embates entre as classes dominantes e os grupos subalternos.

Portanto, o discurso que é ideologicamente construído, caracteriza-se enquanto um campo de disputa onde podemos observar uma relação dialética, porque contraditória. Ao mesmo tempo em que o discurso das classes dominantes se apresenta enquanto hegemônico, abre margens para que os grupos subalternos produzam o seu discurso contra-hegemônico, dando-lhe a orientação e o significado semiológico-político fundamental para a composição dos seus repertórios de luta.

Os sentidos da ação intrínsecos às diferentes formas de ação coletiva se relacionam com as condições objetivas de existência dos sujeitos atuantes que os impulsionam, em certo sentido, a uma inquietude reivindicatória. Isto é, a valorização da experiência (THOMPSON, 1987) desses sujeitos adquirida a partir da vivência de sua condição histórica de classe é fundamental para a sua compreensão.

Nesse sentido, a cartografia da ação tem como fundamento a valorização da ação e o reconhecimento dos movimentos e resistências sociais. Ela se constitui enquanto um recurso de valorização da memória, um apoio da narrativa, uma alternativa que inviabilize o não-esquecimento das ações dos sujeitos produtores da historicidade do espaço. Como salienta Ribeiro é “a busca de uma representação espaço-temporal da ação que resista ao esquecimento de presenças sociais (...)” (2002, p. 44).

Os movimentos populares que encontram-se representados no mapa se constituem enquanto ações coletivas que emergem no espaço urbano com o intuito de contestarem a maneira pela qual as políticas públicas estão sendo geridas na cidade. No bairro de Santa Izabel, a organização não governamental Espaço do Cidadão desenvolve há 21 anos ações educativas locais, dentre elas podemos destacar o projeto de alfabetização de jovens e adultos.

---

Desde 2000, a instituição passou a atender não só aos "Pequenos Cidadãos", mas também aos "Grandes Cidadãos" através do Curso de Alfabetização para Jovens e Adultos. Nossa intenção era atingir o segmento comunitário (jovens e adultos) que nunca frequentou a escola formal ou que evadiu a mesma por fatores como: falta de motivação, cansaço físico, inadequação do ensino às suas atividades e necessidades (vida, trabalho etc). A proposta do projeto está

---

em orientar jovens e adultos, não apenas no que se refere ao desenvolvimento da leitura e da escrita, mas de resgate de sua identidade de cidadão e de sujeito ativo na sociedade – inclusão social. As turmas funcionam 3 vezes por semana, à noite, no horário das 18h. às 20h.30min. Cada turma tem a duração de 12 meses. A professora Marly Serbija está à frente do programa.<sup>3</sup>

O bairro em questão, no ano de 2015, não possuía nenhuma unidade escolar que ofertasse a EJA à população local e os espaços não formais de ensino emergem enquanto alternativa para os jovens e adultos que não possuem condições de se deslocarem para outras unidades. Com isso, a procura por esta modalidade de ensino em um ambiente não escolar é bastante significativa, haja vista que a flexibilidade de horário das turmas neste projeto é um fator motivante para a população local.

O segundo movimento popular destacado no mapa acima é a Associação de Moradores do Jardim Catarina (AMAJAC), fundada em 1981 com o intuito de “lutar pelo desenvolvimento urbano do bairro do Jardim Catarina. (...) o dever é lutar, reivindicar e encaminhar as ações ao poder público, buscando articular com as políticas públicas e de qualidade para o bem-estar da população local<sup>4</sup>”.

À primeira vista, podemos conceber o processo educativo inerente aos movimentos de bairro no que diz respeito a formação política e também às variadas formas de aprendizados que a participação no movimento pode vir a proporcionar. A prática pedagógica se constitui a partir das experiências cotidianas no/do movimento. Isso se dá, por exemplo, na medida que as reuniões são pensadas, convocadas, deliberadas e desenvolvidas. Durante esse processo, o aprendizado se faz presente, a interlocução entre educação e prática política é fundamental para a conscientização de que a organização tem papel seminal para esses movimentos, no que diz respeito à constituição de pautas e projetos reivindicatórios.

### **O direito à educação nas pautas reivindicatórias dos movimentos populares**

A conquista pelo direito à educação foi marcada, principalmente na década de 1990, pela forte presença da sociedade civil que lutava por seus direitos e por mais participação na gestão pública no que se refere à educação. Diante deste panorama geral, observamos a presença histórica de dois grupos (antagônicos) de interesses em disputa pelo campo da Educação: de um lado, o Estado e, do outro, as classes populares. As políticas estatais desde a década de 1930, com a promulgação da Constituição de 1934, debruçam-se nas problemáticas que tange o analfabetismo de jovens e adultos. Essa "preocupação" tem origem e fins específicos, se se considerar a efervescência dos projetos de industrialização implementados no país naquele momento. Os investimentos no setor industrial foram intensamente ampliados e acompanhados pelo aumento da necessidade de mão-de-obra, até então minimamente qualificada (CURY, 2000). É nesse sentido que a educação de pessoas jovens e adultas é pensada paralelamente com o trabalho. Como ressalta Beisiegel, trata-se de "educação de jovens e adultos concebida pelas 'elites' com vistas à preparação do 'povo' a realização de certos fins" (1974, p. 32).

No período compreendido entre a década de 1930 e meados da década de 1940, o Estado lança mão de alguns programas/projetos, que tinham como proposta a alfabetização de adultos, porém, como já sinalizado, sempre articulados com a questão do trabalho. Nos anos 1950/1960, a atuação das classes populares em defesa da educação de jovens e adultos é emblemática. O mesmo período foi marcado pelas preocupações de Paulo Freire que, a partir de um novo paradigma pedagógico, direcionou a prática e a teoria sobre a educação de pessoas jovens e adultos a partir da

---

perspectiva desses sujeitos. Essa nova perspectiva de educação "remava contracorrente" (FÁVERO, 2004), ao destoar sua origem e seus fins das políticas para a educação de jovens e adultos, até então implementadas somente pelo Estado.

Com a efetivação do regime autoritário (1964-1985), muitos dos movimentos sociais que pensavam a educação de jovens e adultos a partir desta perspectiva, são brutalmente silenciados. Porém, o período de transição para a redemocratização do país fez renascer o engajamento em prol da defesa de inúmeros direitos, dentre eles a própria EJA, principalmente com a promulgação da Constituição de 1988 que passa a garantir este direito enquanto dever do Estado.

Os movimentos sociais urbanos de caráter popular, que pleiteavam demandas educacionais, consagram sua importância desde a política populista. As ações coletivas que emergiram em diversos bairros, alcançaram direitos até então negados aos grupos subalternos da sociedade, como por exemplo a possibilidade de acesso a determinadas modalidades de ensino que sempre foram destinadas às elites locais. Apesar disso, essas conquistas foram sendo desmanteladas ou, ao menos, secundarizadas quando se tratava da implementação de políticas públicas direcionadas à educação, sobretudo no período pós-70 quando o "acesso à educação pública manteve-se sem solução e a maioria da população apenas conquistou o direito de entrar na escola que, em pouco tempo, se encarregaria de sua exclusão" (SPOSITO, 1993, p. 21).

As mudanças no/do quadro político-ideológico que ocorrem após o regime ditatorial trouxeram perspectivas de mudanças e melhorias da condição de vida, porém não alteraram de imediato os problemas enfrentados pela população, principalmente no que se refere aos problemas da área educacional. Os efeitos das políticas adotadas até 1985 culminaram na pulverização de mudanças decadentes em diversas esferas, incluindo a educacional. Nesse sentido, medidas foram adotadas, como o processo de descentralização do ensino a partir da política de municipalização, que ganha força nos anos 1970 e se consolida efetivamente a partir da década de 1990, dando incumbência aos municípios de "administrar" recursos destinados à educação, em especial ao ensino fundamental. Contudo, esses investimentos não comportam as reais demandas da população local, gerando e/ou colaborando ainda mais com a precarização da educação oferecida às camadas populares.

Mesmo diante disso, o cenário que observamos nessas últimas décadas não se diferencia muito da década de 1930. Porém, percebemos o legado deixado, sobretudo, pelos movimentos sociais e por Paulo Freire, que, na década de 1950, amplia a esperança das classes populares, no que se refere à garantia do direito à educação. Portanto, o contexto político-econômico-ideológico dessas últimas décadas é outro, mas trazendo as marcas do passado. Elas que se configuram enquanto aprendizado, principalmente para os movimentos sociais que até o tempo presente atuam na defesa e garantia deste direito, não na perspectiva das elites, mas visando uma educação transformadora, humanizadora (FREIRE, 1987).

Diante disso, a atuação política da sociedade se faz presente, na medida em que eclodem movimentos contestatórios a determinadas condições e modos de vida, o que historicamente ocorre nos bairros Santa Izabel e Jardim Catarina, do município de São Gonçalo-RJ, mediante a atuação política da sociedade civil que trazem no seu repertório de lutas pautas contestatórias e reivindicatórias a respeito do direito à educação.

O ressurgimento de debates que trazem consigo questões relativas à educação, como a democratização da escolarização e o acesso à escola pública são incorporadas nas pautas dos movimentos sociais populares atuantes em diversos bairros, caso específico dos bairros mencionados.

---

A relação entre Estado e educação para as classes populares é complexa e expressa uma arena de disputas e interesses, na medida que a estagnação e/ou secundarização das políticas educacionais de jovens e adultos, em determinados momentos da História, acarretaram na emergência de mobilizações populares dos movimentos sociais. Ao mesmo tempo em que tencionavam essas políticas, lutavam pela sua implementação e efetivação através do desenvolvimento de ações práticas, alternativas às impostas pelo Estado para atender a demanda.

### **Considerações finais**

O percurso analítico e metodológico utilizado neste trabalho buscou salientar a importância da atuação dos movimentos sociais no município de São Gonçalo-RJ, no que se refere as mobilizações de lutas em prol do direito à educação.

O desenvolvimento de uma cartografia do direito à educação de jovens e adultos evidenciou uma distribuição desigual e uma diminuição do número de unidades escolares ofertando esta modalidade de ensino no período de 2011 a 2015. Esse fato expressa a dinâmica da realidade social e a lógica pela qual a política educacional vem sendo gerenciadas. Historicamente, o direito à educação para as pessoas jovens e adultas trabalhadores que tiveram o acesso negado ou interrompido foi pensado, porém esses sujeitos sempre estiveram à margem dessas políticas públicas.

Em virtude disso, as ações coletivas incorporaram essas questões em suas pautas reivindicatórias. É o que evidencia a cartografia da ação dos movimentos sociais atuantes no município em tela, pois expressa a existência histórica de lutas sociais em um território marcado por tensionamento e conflituosidade. Além do mais, buscou valorizar os movimentos contra hegemônicos, representando a existência do sujeito inesperado, da ação espontânea e da resistência prática da sociedade (RIBEIRO, 2002).

### **Notas**

1 – Convém ressaltar que o poder ao qual o autor se refere não diz respeito somente e exclusivamente a do Estado, mas possui uma tessitura organizacional que se ramifica em múltiplas esferas da sociedade em diferentes formas de poder local.

2 – O município de São Gonçalo faz parte da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, possuindo cerca de 999,789 habitantes (IBGE, 2010), com uma extensão territorial de 247,709 Km<sup>2</sup>, sendo a segunda cidade mais populosa do estado, pela qual mantém relações sociais, econômicas e culturais com as cidades que o circundam como Niterói, Itaboraí e Maricá.

3 – Fonte: <http://www.aepec.org.br>, acesso em 12/06/2012)

4 – Fonte: AMAJAC.

### **Referências bibliográficas**

ARROYO, M. G. A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão. In: *Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos*. Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2005.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992.

BEISIEGEL, C. R. *Estado e educação popular: um estudo sobre a educação de adultos*. São Paulo, Pioneira, 1974.

---

CURY, C. R. J. *Educação de Jovens e Adultos*. Brasília, Distrito Federal: Conselho Nacional de Educação, Parecer nº. 11/2000.

FÁVERO, Osmar. Lições da história: avanços de sessenta anos e a relação com as políticas de negação de direitos que alimentam as condições de analfabetismo no Brasil. In: OLIVEIRA, I.B.; PAIVA J. (orgs.) *Educação de Jovens e Adultos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

FREIRE, P. *Política e educação: ensaios*. 5ª ed. Cortez, São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LESBAUPIN, Y. *Poder local e exclusão social: a experiência das prefeituras democráticas no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MARTINS, J. S. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

MOREIRA, R. A Geografia Serve Para Desvendar Mascaras Sociais. In: MOREIRA, R. *Geografia: Teoria e Crítica (O saber posto em questão)*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1980.

RIBEIRO, A. C. T. Cartografia da ação, região latino-americana e novo desenvolvimento urbano. In: POGGIESE, H.; EGLER, T. T. C. (Org.). *Otro desarrollo urbano: ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática*. Buenos Aires: CLACSO, 2009.

\_\_\_\_\_. *et. al.* Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. *Planejamento e Território: ensaios sobre a desigualdade*. Cadernos IPPUR/UFRJ, XVI, n. 1, pp. 33-52, 2002.

RUMMERT, S. M. *Educação e identidade dos trabalhadores: concepções do capital e do trabalho*. São Paulo: Xamã; Niterói: Intertexto, 2000.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. A cidade e o Urbano como Espaço-Tempo. *Cidade & História – Modernização das Cidades Brasileiras nos Séculos XIX e XX*. UFBA – FAU/MAU. Salvador, 1992: 241-244.

SOUZA, M. A. A. Cidade: lugar e geografia da existência. In: 5º *SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA*, Salvador: UFBA, p. 01-10, 1997.

SPOSITO, M. P. *A Ilusão fecunda: a luta por educação nos movimentos populares*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1993.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operário inglesa: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VAINER, C. B. As escalas de poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? *Planejamento e Território: Ensaios sobre a desigualdade*. Cadernos do IPPUR/UFRJ, ano XVI, n. 1, pp. 13-32, 2002.

VENTURA, J. P. *Educação de Jovens e Adultos ou Educação da Classe Trabalhadora? Concepção em disputa na contemporaneidade brasileira*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, 2008.